

ANGOLA: A CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO

JUVENAL DE CARVALHO *

1. INTRODUÇÃO

As pontes que ligam os dois lados do Atlântico são maiores do que se costuma pensar aqui no Brasil. Isto é mais forte ainda quando se pensa na região que hoje é conhecida como Angola. Através dos portos de Luanda e Benguela muitos dos nossos antepassados foram enviados pelos traficantes de escravos para este lado do Oceano. Um comércio sistemático que, com períodos de maior ou menor intensidade, durante três séculos ligou os dois mundos na formação de um complexo produtor de açúcar em uma margem com a mão-de-obra fornecida pela outra margem deste “rio chamado Atlântico”. Ao transportar pessoas, esse comércio colocava em circulação suas crenças, valores, hábitos, formas de ser, de pensar e agir, em fim, colocava em contato suas variadas culturas. O Brasil de hoje é fruto dos confrontos e das trocas provocados por este contato.

As ligações entre as duas margens do Grande Rio não são apenas de ordem econômica, como um certo campo historiográfico defendeu por muito tempo. A influência africana se manifestou, e continua se manifestando, em todas as dimensões da vida nacional. Por exemplo, a organização de entidades do movimento negro nos anos 1970 foi influenciada, também, pelas lutas de independência nas colônias portuguesas que se desenvolvia no mesmo momento. Peço licença aos poetas para lembrar de um pensador e dirigente angolano deste período, que afirmou: *“não basta que seja pura e justa a nossa luta. É preciso que a pureza e a justiça exista em cada um de nós”*. Um pensamento que motivou muitos ativistas deste lado e que me parece muito apropriado para o momento que vivemos aqui no Brasil.

Nesta perspectiva, considero que as reflexões sobre a construção de uma Nação em Angola podem ser úteis para pensar também a construção de uma Nação aqui no Brasil. As dimensões continentais do território, as profundas desigualdades sociais e econômicas, as disparidades regionais, a imensa diversidade cultural, as estruturas de poder extremamente hierarquizadas, com um Estado autoritário, excludente e corrupto, são alguns dos dilemas para quem deseja pensar em uma Nação brasileira diferente desta que existe hoje, herdeira direta dos modelos coloniais que as classes dirigentes de mentalidade branca, euro-ocidental, fazem tudo para manter. Acredito que o Brasil ainda não resolveu esta questão, logo, a reflexão sobre o desafio de construção da Nação angolana pode oxigenar a nossa trajetória. Portanto, falar de Angola é tratar de um país que muito nos deu no passado, no presente e, certamente, muito pode contribuir na construção do nosso futuro também.

2. EXISTE UMA NAÇÃO ANGOLANA?

Neste ensaio, pretendemos fazer uma breve provocação. O que significa tratar de Angola enquanto a “construção de uma Nação?” Ora, só é possível falar de

construção com relação a algo que não existe. Então, estariam pensando que Angola, como Nação, não existe? Esta é a idéia que quero debater neste texto. A princípio a afirmação pode parecer estranha, mas não é se levarmos em conta o que pode ser entendido como uma Nação. O senso comum entende Nação como uma essência, um jeito de ser de um determinado povo, que existe desde sempre, como se fosse uma entidade sobrenatural com existência anterior e independente da prática humana. Diferente disto, considero que as Nações são construções históricas diretamente condicionadas pelas estratégias de formação e consolidação das estruturas de poder de um determinado Estado.

São as classes sociais que estão organizando o poder dentro de um Estado, ou construindo o Estado numa determinada formação social, que precisam desenvolver mecanismos de legitimação. A força, a sabedoria, a antiguidade, a origem divina e a unidade nacional são alguns destes mecanismos. A idéia de Nação como elemento central na legitimação do poder político com sua identificação com o Estado, ou, dito de outro modo, o Estado-Nação como fenômeno político, é um processo recente, impulsionado pela Revolução Francesa.

Ao longo da história pode-se identificar alguns caminhos para a construção de Nações. Em certas circunstâncias, povos dominados buscaram definir elementos de identidade capazes de promover coesão e mobilização política para enfrentar a dominação, construindo, assim, seu próprio Estado independente. Em outros casos, a idéia de que todos os filhos daquele solo formavam uma Nação foi combustível para a mudança de toda a estrutura política. Neste caso, classes sociais de um determinado país se mobilizaram para tomar o poder político dentro de um Estado já organizado. Um outro caminho possível é o de, partindo do controle do aparelho de Estado, construir os elementos de identidade nacional. Este é o caminho para pensar o caso do Brasil e também o de Angola.

Segundo Selma Pantoja (2000: 46), o conceito de Nação se aproxima da idéia de um grupo único, dotado de unidade e homogeneidade. Partindo desta definição, considero Nação como uma comunidade dotada de singularidade que a identifica, diferencia e particulariza em relação às demais. Ressalto, porém, que tal identidade é construída com base em alguns traços, sinais diacríticos visíveis, facilmente reconhecidos por todos que fazem parte do grupo e por todos os outros povos. Isto não significa unidade e homogeneidade absoluta. Também nem sempre significou mobilização e organização política. Pode-se resumir, então, a idéia de Nação como identidade. Isto não é a mesma coisa e não tem nenhuma relação automática com a existência de Estados, aqui entendidos como o poder político organizado de uma classe ou grupo de classes sobre um determinado conjunto de pessoas. Pode existir Nação sem Estado, Estado sem Nação, Estado com várias Nações.

Quais são os elementos que transformam um aglomerado de pessoas numa Nação? Pode ser a crença coletiva num mito de origem, na idéia de que todos são filhos do mesmo lugar ou de um mesmo antepassado, mas pode ser

também a crença de que compartilham os mesmos hábitos e valores, a mesma religião, a mesma língua, o mesmo modo de viver, pensar e explicar o mundo, ou seja, a mesma cultura. O sentimento de pertencer a uma tal comunidade não é natural. Ele é produto das experiências de vida coletiva e das escolhas de certos traços que podem ser tomados por todos os membros do grupo como um sinal da sua singularidade, da sua identidade.

A hipótese que desejo debater neste trabalho é a de que os Estados africanos pós-coloniais não são Estados Nacionais. A invasão colonial, concretizada no final do século XIX, criou formações estatais completamente diferentes daquelas que existiam anteriormente. Como afirma John Iliffe (1999: 300), *“antes da colonização, os africanos tinham várias identidades sociais. Muitos pertenciam a linhagens, clãs, aldeias, cidades, feudos, grupos lingüísticos, Estados e quase todos a uma combinação destes tipos de comunidade”*.

Um outro historiador, Wesseling (1998: 406), considera que o verdadeiro fenômeno novo produzido pela penetração colonial foi o impacto político sobre as estruturas de poder dos africanos. Segundo ele, o mapa político moderno da África foi esboçado pela partilha. E diz mais: *“o número de entidades políticas na África pré-colonial foi calculado conservadoramente em pelo menos 10 mil. Essas foram reduzidas com a partilha às poucas dezenas que conhecemos hoje”*.

Os europeus exploraram as diferenças entre os Estados africanos para impedir uma reação generalizada e unificada contra a invasão. Os espaços coloniais reuniam povos antes inimigos, separavam irmãos e, vale destacar, criavam rivalidades antes inexistentes. Tais espaços foram consolidados como poder político com base na capacidade militar e nas manobras diplomáticas do invasor. Foram essas formações que serviram de base para a construção dos Estados africanos independentes. Segundo Roland Oliver (1994: 254-255), *“a maioria dos novos Estados surgiu pacificamente, como herdeiros diretos das formações coloniais precedentes. Destas mantiveram as fronteiras definidas na década de 1880, as capitais, a língua do colonizador; seus sistemas educacionais, administrativos e militares”*.

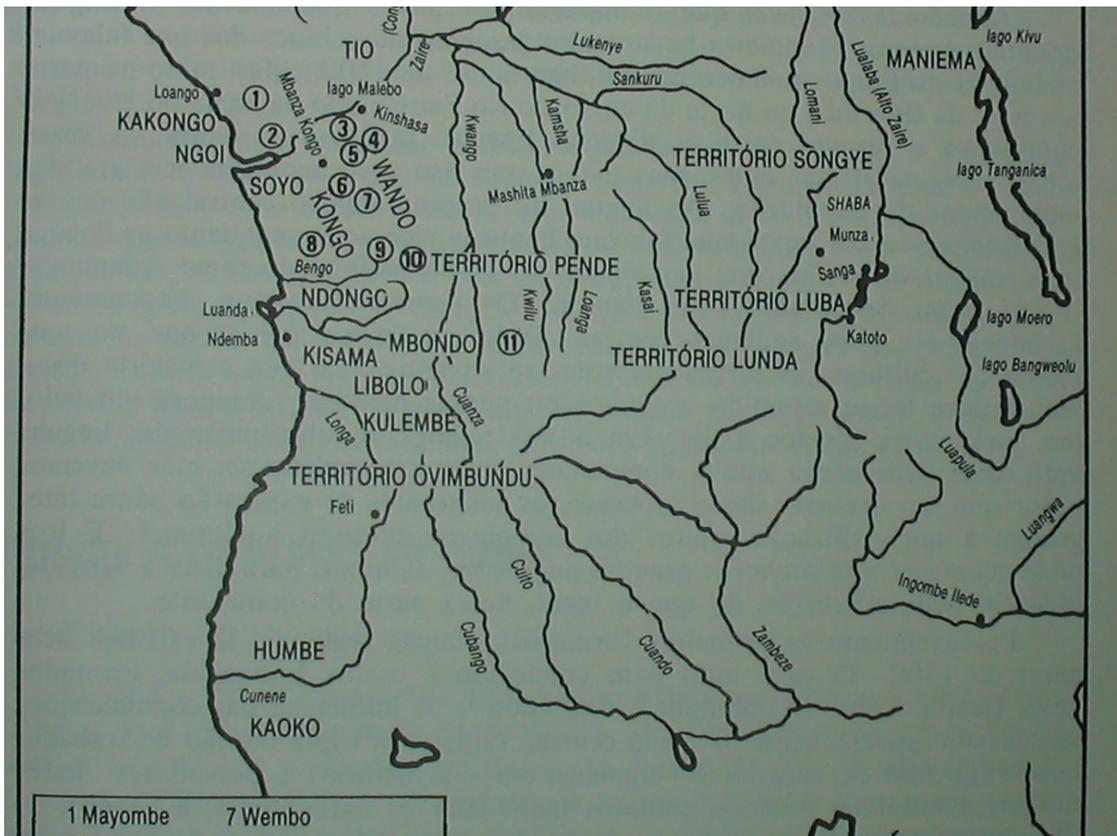
Os movimentos de libertação basearam suas ideologias em noções e valores dos próprios colonizadores. Entre os conceitos tomados do colonizador destacam-se o nacionalismo e o Estado-Nação. A questão posta, então, consiste em saber qual era o nacionalismo possível na realidade africana no momento das lutas de libertação, e, mais, cabe pensar como falar de Estado-Nação em formações estatais construídas de fora para dentro pelo colonizador, da forma como isto aconteceu no continente africano.

O caso de Angola é um bom exemplo para uma reflexão sobre tais questões. Durante os anos 60 e 70, a libertação dos povos africanos do jugo colonial foi caracterizada pela luta armada contra colonizadores que tentaram resistir a todo custo a qualquer mudança. Neste caso é que enquadrámos as colônias portuguesas. Dentre elas, Angola viveria a situação mais dramática. Sua extensão territorial e suas riquezas naturais transformaram este país em um ponto cobiçado e disputado por diversas forças políticas internas, por países

vizinhos e pelas superpotências. Sua independência implicou numa longa luta armada contra Portugal, entre 1961 e 1974, tendo sido travada por várias organizações, com programas, estruturas, métodos, bases sociais e aliados externos diferentes. As três mais importantes foram a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), a União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA) e o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA). Entre 1974 e 21 de outubro de 1975, Angola viveu uma guerra civil envolvendo essas três organizações que disputavam o controle do Estado que iria nascer com a conquista da independência.

Seguiu-se, então, uma invasão do país, de forma aberta e direta, por tropas estrangeiras da África do Sul e do Zaire em apoio às posições da FNLA e da UNITA, o que foi respondido com uma forte presença cubana em apoio ao MPLA. Esta fase de guerra aberta durou até fevereiro de 1976, quando ficou estabelecida a hegemonia do MPLA. A partir de então, o país passou a viver uma guerra de guerrilha que, interrompida por curtos períodos de paz, só teve fim em 2002, com a morte de Jonas Savimbi, líder da UNITA.

Mas, o que ficou independente em 11 de novembro de 1975? Uma das metas do MPLA, organização política que se tornou hegemônica no processo de libertação, era manter a integridade territorial de “Cabinda ao Cunene”. A possibilidade de fragmentação era real, basta pensar nas atividades da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), pequena faixa de terra, rica em petróleo, encravada no território do antigo Zaire, que pretendia formar um país separado. Desejava-se a manutenção da integridade de qual território? Exatamente o espaço colonial criado pelos portugueses na região, e que começou a ser construído a partir da expedição comandada por Diogo Cão, que chegou ao Congo em 1482. No início do século XVI, os portugueses chegaram à região do Reino do Ndongo, habitada pelos Mbundu. Seu soberano tinha o título de Ngola. Por isso, passaram a chamar toda região ao sul do rio Zaire (Congo) de Angola (cf. Pantoja, 2000: 65), apesar dela ser ocupada pelos mais diversos povos e reinos, como podemos constatar no mapa abaixo:.



Fonte: Vansina, 1986: 567.

Em 1575, Paulo Dias de Novais recebeu os “direitos donatários sobre Angola” e, neste mesmo ano, foi fundada a vila de São Paulo de Luanda. Mas a presença portuguesa na África, até o século XIX, ficou limitada ao estabelecimento de pequenos núcleos nas feitorias. Partindo delas, explorando as divisões entre os Estados africanos, desenvolveram expedições para o interior, fazendo guerras contra os povos africanos para estabelecer um domínio militar precário, apenas suficiente para garantir um intenso tráfico de escravos. O domínio português só ganhou as dimensões atuais com a invasão colonial do final do século XIX, quando ocorreu a penetração efetiva no interior do continente. Neste momento a África estava sendo partilhada pelas potências imperialistas da Europa. O direito de posse não era mais definido pelo pioneirismo da descoberta e sim pela ocupação efetiva do território.

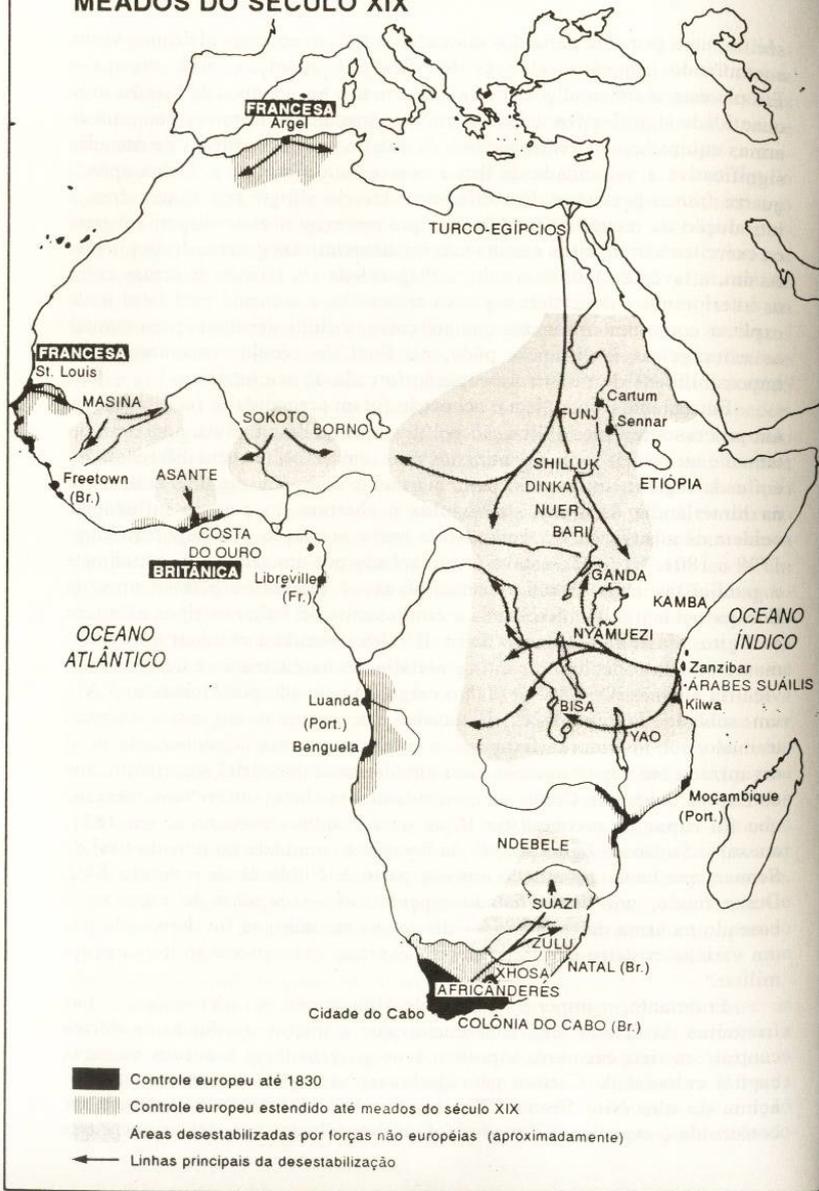
A Angola que conhecemos hoje teve suas fronteiras definidas em 1891. Inglaterra, França, Alemanha e Bélgica disputavam o controle da África, o que significava possuir fontes de matéria-prima e mão-de-obra barata. Portugal pretendia estabelecer uma grande colônia ligando o Atlântico ao Índico, de Angola a Moçambique. Um sonho que ficou conhecido como o “mapa cor-de-rosa”. Este projeto confrontava com os interesses da Inglaterra, que pretendia fixar o seu domínio do Cabo ao Cairo (cf. Rabin, 1978: 2-22).

Pequeno e dependente, Portugal não tinha como enfrentar as potências europeias. Participou da Conferência de Berlim (1885) porque a Inglaterra tinha interesse em reduzir os espaços coloniais da Alemanha. O acordo anglo-lusitano de 1891 definiu o mapa da “África portuguesa” enterrando,

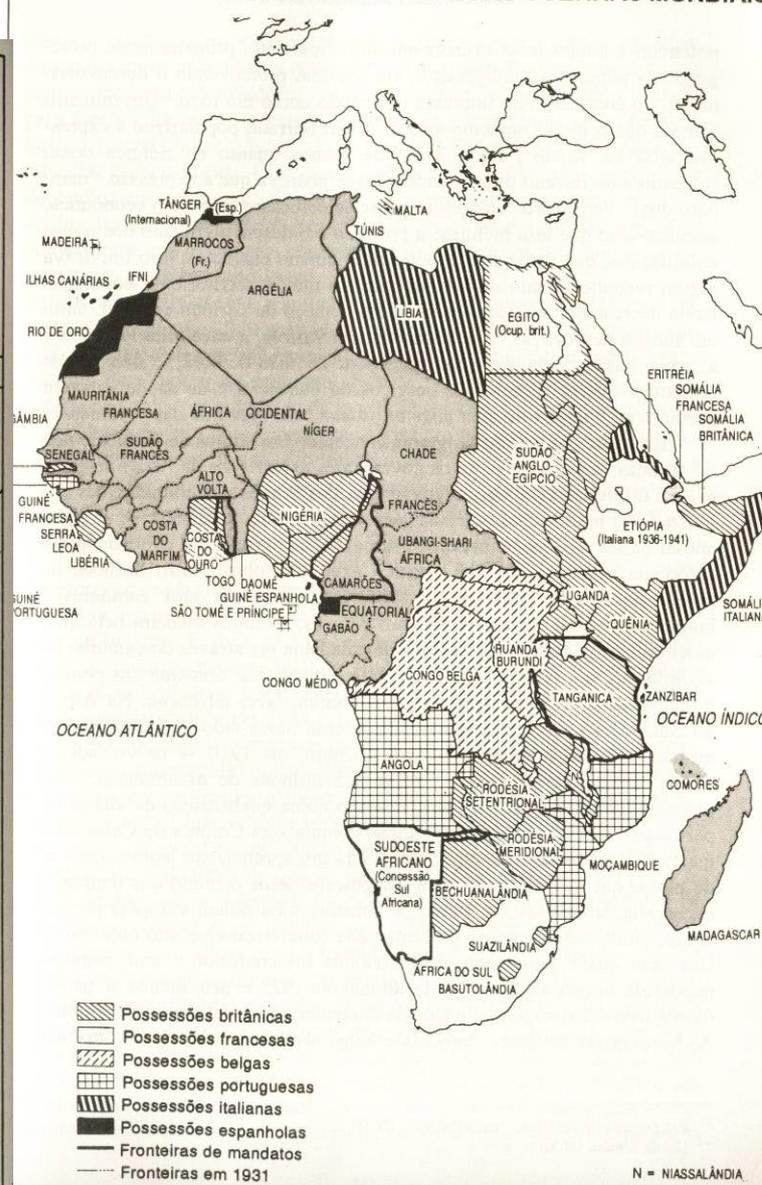
definitivamente, aquele sonho cor de rosa (cf. Oliveira Marques, 1981: cap. XI). Mas a consolidação definitiva do domínio sobre o país só ocorreu depois de 1902, com o fim da guerra contra os Bailundos que habitavam o planalto central. Sósia Rabin (1978: 24-25) informa que *“o território atual de Angola tem 1.246.700 km², mas, em 1875, ele não comportava sob domínio português mais que 612.000 km². A Angola atual só foi conquistada em toda a sua extensão pelos portugueses entre 1906 e 1919”*. Os mapas reproduzidos a seguir (cf. Oliver, 1994: 184; 239) demonstram bem a evolução do domínio português.

Neste espaço criado pelos portugueses “convivem” atualmente, segundo nos informa Solival Menezes (2000: 102), *“cerca de 100 grupos etno-linguísticos de origem banto, que podem ser agrupados em nove grandes grupos: ambós, bacongós, hereros, lunda-tchokué, nganguelas, nhanecas-humbes, ovibundos, quimbundos e xindongas”*. Quais são os traços de unidade, os símbolos de identidade que podem ser encontrados em tal diversidade?

16. ABERTURA E DESESTABILIZAÇÃO POLÍTICA DA ÁFRICA, MEADOS DO SÉCULO XIX



20. A ÁFRICA COLONIAL ENTRE AS DUAS GUERRAS MUNDIAIS



...te reino corresponde apenas a uma frente e, como afirma Selma Pantoja Reino do Ndongo, “*não se deve generalizar a idéia dos Mbundu como um grupo único, dotado de unidade e homogeneidade, algo próximo da idéia de Nação*”. Assim, nem mesmo os habitantes de um único reino podem ser considerados como uma unidade, como Nação.

Uma possível fonte de unidade e identidade pode ser a trajetória da Rainha Nzinga, notável dirigente, com extraordinária capacidade de liderança militar e ampla visão político-diplomática, como demonstra Roy Glasgow (1982) ao descrever suas tentativas para montar alianças entre os reinos da região contra os invasores. Vale lembrar, no entanto, que tais tentativas falharam e uma frente jamais foi montada. Podem tomá-la como símbolo de resistência, sem dúvida, mas não sei se todos os povos que habitam o que hoje é Angola se relacionariam com a história de Nzinga da mesma forma. Um outro caminho

para pensar a construção da “identidade angolana” seria adotar a Negritude ou o Pan-Africanismo como ponto de partida. Neste caso, penso ser útil lembrar que tais noções foram produtos do contato, da grande diáspora criada pelo tráfico, quando o colonizador colocou todos os povos na condição de escravos inferiorizados pelo racismo. O negro, o africano, são conceitos criados pela ação colonial.

As únicas experiências comuns entre todos esses povos foram, de fato, a escravidão e o tráfico, seguida da ocupação colonial, das fronteiras coloniais, do aparato estatal criado pelos colonizadores, da educação que alguns receberam em língua portuguesa e a cristianização, a desestruturação das regras, valores e modos de vida de cada grupo. Possuem em comum, também, a resistência ao domínio político do colonizador. Considerando que uma Nação, uma identidade, só se constrói a partir de experiências coletivas comuns, são essas as bases para construir uma “Nação angolana” nos dias de hoje.

A penetração portuguesa na região que atualmente chamamos de Angola foi retardada por uma resistência africana que nunca deixou de existir. Isto pode ser comprovado pela realização constante de guerras contra os reinos locais. Segundo Rabin (1978: 25-27), revoltas nativas ocorreram até por volta de 1939. Já em 1912 começaram a surgir organizações de luta contra o domínio colonial criadas por estudantes africanos.

A situação colonial implicava na manutenção da colônia em completa dependência econômica e política, mas essa colonização precisava formar uma pequena camada instruída, originada na população local, para auxiliar na administração, ocupando sempre as funções secundárias. Em Lisboa, estudantes africanos faziam sua formação técnica e política. Fundaram o Centro de Estudos Africanos para discutir os mais variados aspectos da vida no continente. Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, Viriato da Cruz e Mario de Andrade são alguns dos que passaram por Lisboa nos anos 40 e, retornando para as colônias na década seguinte, iniciaram uma intensa agitação política em favor da independência. Essa camada acabou sendo a base social dos movimentos que, utilizando os instrumentos teóricos e práticos aprendidos com o colonizador, lutaram pela independência nacional.

A independência conquistada em 1975 construiu um Estado com base na herança do colonizador. O aparelho político-administrativo, a estrutura econômica, a língua e as fronteiras foram aquelas definidas pela ação colonial.

Se for possível falar em “povo angolano” ou em “Nação angolana” isto só tem sentido partindo da ação colonial que formou essa pequena parcela nos padrões europeus. Esse caminho parece-me necessariamente conflituoso, pois ele parte da negação das culturas e da adoção dos padrões europeus como unificadores. Um caráter excludente é inevitável, na medida em que apenas uma minoria da população teve acesso à formação de origem européia. Logicamente não tiveram as mesmas oportunidades para se locomover dentro deste Estado nascente.

Trinta anos depois é possível, talvez, começar a falar em “Nação angolana”, em “povo angolano”. Certamente, trata-se de um novo povo, construído a partir da imposição de uma outra cultura, herdada dos colonizadores, diferente de todas as que existiam nesta região antes dos europeus. Uma “Nação angolana” pode ser construída de maneira diferente, a partir das experiências e tradições culturais dos diversos povos que habitam aquele território? Um outro caminho, baseado no reconhecimento e na valorização da diversidade, é possível? Estas são perguntas que só os “angolanos” poderão responder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alencastro, Luis Felipe de. **O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- Carvalho, Juvenal de. **Veja: um olhar sobre a Independência de Angola**. Dissertação de Mestrado. Salvador, Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, 2002. (mimeo)
- Costa e Silva, Alberto da. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Edufrj, 2003.
- Glasgow, Roy. **Nzinga**. São Paulo, Perspectiva, 1982.
- Iliffe, John. **Os africanos: história de um continente**. Lisboa, Terramar, 1999.
- Menezes, Solival. **Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente**. São Paulo, Edusp, 2000.
- Oliveira Marques, A. H. **História de Portugal**. Lisboa, Palas, 1981.
- Oliver, Roland. **A experiência africana: da pré-história aos dias atuais**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- Pantoja, Selma. **Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão**. Brasília, Thesaurus, 2000.
- Rabin, Sósia Goldemberg. **Relações Brasil-Angola através da imprensa brasileira: 1930-1975**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1978.
- Rodrigues, José Honório. **Brasil e África: outro horizonte**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961.
- Vansina, Jan. “A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados”. In Niane, D. T. (coord.). **História Geral da África IV: a África do século XII ao século XVI**. São Paulo, Ática/Unesco, 1986.
- Wesseling, Henk L. **Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)**. Rio de Janeiro, Revan/Edufrj, 1998.

* Juvenal de Carvalho é mestre em História (Universidade Federal da Bahia) e professor de História da África, tendo implantado e coordenado o Curso de Licenciatura em História das Faculdades Jorge Amado (FJA), em Salvador (BA). [juvenalc@gmail.com]